

EDITORIAL

Caras(os) leitoras(es),

Esta edição da Revista Brasileira de Estudos de Defesa, volume 4, número 2, encerra o quarto ano editorial da RBED, com mais uma série de excelentes contribuições aos Estudos de Defesa pela academia brasileira e sul-americana. Em um contexto de crise dos mecanismos de integração regional na região, a RBED segue mostrando a sua importância como elemento de cooperação acadêmica entre instituições e pesquisadores na América do Sul, o que nos dá muito orgulho.

Abrimos esta edição com o Dossiê Temático¹ de discussão dos Documentos de Defesa brasileiros, em suas atualizações recentes que, mesmo que previstas para 2016, acabaram sendo aprovadas pelo Congresso Nacional, de modo bastante letárgico e obscuro, apenas no crepúsculo de 2017, e que, controversamente, tal qual as versões de 2012, seguem ainda sem entrar em vigência pela falta de um marco legal para fazê-lo.

Atendendo então ao chamado da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ABED), que teve as minutas dos novos documentos como tema principal de seus cinco Encontros Regionais realizados ao longo de 2017, abrimos este número da RBED com quatro artigos dedicados ao tema.

González (2017) abre com uma discussão mais ampla sobre os Livros Brancos de Defesa na América do Sul, indagando se seriam política exterior ou política doméstica. Vinte anos após a publicação do primeiro Livro Branco na região, pelo Chile, González afirma que a prática ainda não é comum aos governos sul-americanos, tendo sido também adotados apenas por Argentina e Brasil. O autor conclui que, ainda que o estímulo inicial tenha vindo pela Organização dos Estados Americanos (OEA) como medida para construção de confiança mútua nas Américas, o direcionamento dado pelos três países aos seus Livros Brancos parece atender muito mais às dinâmicas políticas domésticas do que às pressões sistêmicas regionais.

A Política Nacional de Defesa (PND) e a Estratégia Nacional de Defesa (END) são apresentadas com uma visão otimista por Amorim (2017), que busca comparar os conteúdos da legislação e das iniciativas propostas pelo Executivo brasileiro em temas como a integração da América do Sul e a

¹ Todos os artigos do Dossiê passaram igualmente por avaliação dupla-cega por pares, cumprindo todas as exigências editoriais da RBED.

inserção internacional brasileira, à luz da Constituição e do marco legal sobre a área de defesa no Brasil. Em sua avaliação, o reforço aos instrumentos democráticos e constitucionais é uma marca desses documentos, assim como a sua visão de distanciamento de dinâmicas políticas partidárias domésticas, como resultado da política de pesos e contrapesos entre os agentes políticos brasileiros.

Entrando na temática do espaço cibernético e como as minutas de 2016 da END, da PND e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN), Oliveira e Portela (2017) dividem o tema em três gerações de documentos: (1) uma a partir de 2005, quando o tema apareceu pela primeira vez na PND (então PDN, em uma inicial inversão dos termos Defesa e Nacional), equiparando-o à esfera aeroespacial e à nuclear; (2) no LBDN de 2012, que gerou a criação do Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) e o Sistema Brasileiro de Defesa Cibernética; (3) as minutas de 2016, onde há uma ausência de aprofundamento, quando em comparação com os documentos prévios, com uma ênfase maior na camada de *peopleware* (em comparação com *hardware* e *software*).

Encerrando a coletânea do Dossiê dos Documentos de Defesa brasileiros, Martins (2017) direciona seu artigo para uma avaliação de como os serviços de inteligência são tratados nas minutas da END, da PND e do LBDN, suas versões de 2012 e ainda as recentes Estratégia Nacional de Inteligência (2016) e Política Nacional de Inteligência (2017). Em tempos de crise democrática e de saudosismo do autoritarismo no Brasil, merece destaque a proximidade que Martins (2017) explicita entre as atividades de inteligência e a repressão autoritária do regime militar no Brasil, e a consequente dificuldade que as atuais agências têm para se consolidarem e atuarem de forma transparente e ágil sob o Estado Democrático de Direito no país.

Abrindo a seção seguinte, de submissões em fluxo contínuo à RBED, está o texto de Pecequillo e Forner (2017) sobre a dinâmica geoestratégica do Mar do Sul da China, entre 2009 e 2017, com o reposicionamento dos Estados Unidos da América e da República Popular da China. Segundo as autoras, há uma política de contenção mútua entre as duas potências que, ainda que não indique sinais de um conflito direto no curto prazo, acontece em um contexto de remilitarização da região. A contínua construção das capacidades militares da República Popular Democrática da Coreia, da Índia e da Federação Russa indicam que o contexto não é de implicações apenas regional, tendo impacto direto na configuração de poder global.

Já o artigo de Toledo e Facchini (2017), de caráter mais teórico, discorre sobre as obras dos autores John Paul Lederach e Roger MacGinty, e como esses autores trabalham a transformação de conflitos, chegando ao

conceito de paz híbrida. Uma contribuição importante para a abordagem de Estudos para a Paz, Toledo e Facchini analisam como os dois teóricos tratam o local e a sua importância para resolução dos conflitos e manutenção da paz na contemporaneidade.

Retornando ao contexto sul-americano, Gastaldi (2017) trabalha como o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS) funcionou como plataforma para a política de defesa da Argentina entre os anos de 2008 e 2015. Segundo a autora, o CDS serviu como via importante para as relações exteriores da Argentina na região, uma vez que permitiu aos argentinos a projeção de sua política de defesa. Além de reforçar a importância que a União de Nações Sul-Americanas (Unasul) e o CDS tiveram para a articulação política de toda a América do Sul, o artigo é relevante por mostrar este papel para a Argentina, sede do Centro de Estudos Estratégicos de Defesa (CEED), pluralizando os usos dessas agências para além do Brasil – foco em geral de análise quando se estuda tais organismos.

Os três últimos artigos dessa edição tratam de um mesmo tema, de fundamental importância tanto para as defesas nacionais quanto para as seguranças públicas sul-americanas: os estudos das fronteiras brasileiras.

O primeiro desses artigos, de Dhenin e Correa (2017), traz uma abordagem crítica para as políticas de fronteira brasileiras e a presença de seus militares nesses espaços. Os autores trazem a ausência de um pensamento crítico para a mudança das realidades locais na Amazônia, já que a visão construída pelos militares durante o regime autoritário ainda é predominante, mesmo três décadas após o fim do regime. Amparado em sólida pesquisa de campo, o artigo apresenta que a visão tradicionalmente sustentada pelos militares, de que a ausência de instâncias governamentais é um problema para a segurança, negligencia outros tipos de ocupação também orientados para este mesmo fim, como a presença de organizações não governamentais (ONGs), além da própria população. Dhenin e Correa encerram dizendo que é fundamental que os militares passem a cooperar mais com os locais, em uma ponte com o artigo de Toledo e Facchini (2017), ao invés de militarizarem as fronteiras amazônicas.

Já Macedo (2017) propõe uma análise da fronteira entre o Brasil e a Bolívia no Mato Grosso, enfatizando que as estratégias de proteção de fronteiras e de desenvolvimento nacional são inseparáveis. Neste sentido, conectar as estratégias de segurança pública, defesa e desenvolvimento nacionais são importantes para a construção da identidade nacional, na qual as potencialidades locais devidamente valorizadas têm o potencial de aumentar a segurança da região, em outro claro trabalho que reforça a visão teórica trabalhada em Toledo e Facchini (2017).

Por último, e encerrando os artigos desta edição, vem a contribuição de Araújo Neto, Barp e Cardoso (2017), que criticam o modelo brasileiro do ambiente interagências para operações em fronteira. Segundo os autores, ainda que existam as Operações Ágata e que o Sistema Brasileiro de Inteligência (Sisbin) favoreça as operações interagências, na prática há grandes impedimentos que dirimem a cooperação de fato interagência nas fronteiras brasileiras – o que seria reforçado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) brasileiro.

A última seção desta edição da RBED termina com as resenhas de três obras importantes para os Estudos de Defesa no Brasil.

Nobre e Félix (2017) se encarregam de resenhar o livro *Relações Internacionais Cibernéticas (CiberRI): Oportunidades e Desafios para os Estudos Estratégicos e de Segurança Internacional*, organizado por Marcos Aurélio Guedes de Oliveira (que assina artigo nesta mesma edição), Ricardo Borges Gama Neto e Gills Villar Lopes (Ed. UFPE, 2016). Além do destaque dos capítulos, a resenha conclui atentando para a necessidade de se investir em estudos cibernéticos no país, mostrando a relevância empírica e normativa do livro.

Já o livro de Carlos Eduardo Valle Rosa, *Poder Aéreo: Guia de Estudos* (Luzes – Comunicação Arte e Cultura, 2014) é resenhado por Furtado (2017). A autora destaca a importância do livro para o planejamento da estrutura militar aeronáutica, enfatizando a riqueza dos exemplos históricos e referências utilizados no livro.

Por fim, a última resenha, assinada por Missagia (2017), analisa o livro *PEB – Programa Espacial Brasileiro: militares, cientistas e a questão da soberania nacional* (Chiado Editora, 2016), de Ana Lúcia A. Villas-Bôas. O livro discorre sobre a criação e desenvolvimento do programa espacial brasileiro, e, segundo Missagia, além da apresentação de um tema ainda raro nos estudos do país, mostra que, em anos recentes, seu caráter teria uma vocação mais civil e ambientalista do que militar. Apesar dos grandes potenciais comerciais da base de Alcântara, a falta de investimentos relega o programa a uma ineficiência injustificável.

Concluo este editorial agradecendo, como não poderia deixar de ser, a todas(os) as(os) autoras(es) que submeteram seus trabalhos para serem avaliados pela RBED neste período, a todas(os) as(os) pareceristas que gentilmente analisaram com escrutínio e paciência todas os manuscritos recebidos, sempre oferecendo suas válidas contribuições para a melhora dos textos; à equipe da Airá Eventos Acadêmicos, que secretariou a RBED até a conclusão desta edição, e que contribuiu sobremaneira para a qualidade e padronização de nossa revista; a todos os integrantes da Diretoria 2016-2018 da ABED por seu contínuo apoio e estímulo para a manutenção

da RBED; e, por fim a todas(os) as(os) leitoras(es), sem as(os) quais não conseguiríamos seguir contribuindo para a consolidação da revista como veículo fundamental para a produção e disseminação do conhecimento dos Estudos de Defesa no Brasil.

A todas(os) vocês, o nosso muito obrigado e uma ótima leitura.

Lucas Pereira Rezende

Editor-Chefe da Revista Brasileira de Estudos de Defesa

REFERÊNCIAS

Amorim, Adriano Portella. 2017. “Política e Estratégia nacionais de Defesa: integração e consensos políticos”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 49-76.

Araújo Neto, José Carlos de; Barp, Wilson José; Cardoso, Luis Fernando Cardoso e. 2017. “Modelo Brasileiro do Ambiente Interagências para Operações na Fronteira”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 241-262.

Dhenin, Miguel; Correa, Paulo Gustavo Pellegrino. 2017. “Brazil’s grand border strategy: challenges of a new critical thinking in a modern era.” *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 199-218.

Furtado, Érika Rigotti. 2017. “Resenha de ‘Poder Aéreo: Guia de Estudos’, de Carlos Eduardo Valle Rosa”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 269-271.

Gastaldi, Sol. 2017. “El CDS como Plataforma de la Política de Defensa Argentina (2008-2015)”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 175-197.

Gonzalez, Julian Guyer. 2017. “Libros Blancos de Defensa en Sudamérica: ¿Política Exterior o Política Doméstica?”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 17-48.

Macedo, Daniel de. 2017. “Fronteira Brasil – Bolívia em Mato Grosso: segurança pública, desenvolvimento social e a construção da identidade nacional”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 219-239.

Martins, Alexandre de Oliveira. 2017. “A atividade de Inteligência nos novos documentos de Defesa do Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 101-124.

Missagia, Raquel dos Santos. 2017. “Resenha de ‘PEB – Programa Espacial Brasileiro: militares, cientistas e a questão da soberania nacional’, de Ana Lúcia A. Villas-Bôas”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 273-275.

Nobre, Fábio Rodrigo Ferreira; Félix, Kamila Alves. 2017. “Resenha de ‘Relações Internacionais Cibernéticas (CiberRI): Oportunidades e Desafios para os Estudos Estratégicos e de Segurança Internacional’, organizado por Marcos Aurélio Guedes de Oliveira, Ricardo Borges Gama Neto e Gills Villar Lopes”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 265-267.

Oliveira, Marcos Guedes de; Portela, Lucas Soares. 2017. “As Camadas do Espaço Cibernético sob a Perspectiva dos Documentos de Defesa do Brasil”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 77-99.

Pecequilo, Cristina Soreanu; Forner, Camila Nascimento. 2017. “O reposicionamento estratégico sino-estadunidense: o Mar do Sul da China (2009/2017)”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 127-151.

Toledo, Aureo; Facchini, Julia. 2017. “Da Transformação de Conflitos à Paz Híbrida: uma Análise das Ideias de John Paul Lederach e Roger Mac Ginty”. *Revista Brasileira de Estudos de Defesa*, 4(2), 153-174.